



Identidade na narrativa jornalística: implicações éticas¹

Leandro LAGE²

Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG

RESUMO

Propõe-se discutir, neste trabalho, possíveis contribuições da hermenêutica narrativa (Ricoeur, 1991, 2006, 2010a, 2010b) para compreender o jornalismo como instância de constituição de identidades narrativas. Problematisa-se, assim, as consequências éticas implicadas no gesto narrativo próprio do jornalismo, especialmente em termos de atribuição de responsabilidade pelas ações e acontecimentos. Examina-se duas reportagens da revista *Veja* e do jornal *Folha de S.Paulo* a respeito do crime que ficou conhecido como massacre de Realengo, no sentido de explorar diferentes possibilidades da tessitura das identidades narrativas de Wellington Menezes de Oliveira, o atirador de Realengo, bem como as configurações narrativas das relações entre ações, sujeitos e acontecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Narrativa; Identidade narrativa; Ética.

Introdução

Quinta-feira, 7 de abril de 2011. Era um dia letivo normal para os alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro. Até que Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, voltou ao seu antigo colégio portando dois revólveres e atirou contra os estudantes, atingindo fatalmente 12 deles. Um sargento da Polícia Militar desferiu um tiro contra Wellington, que, ferido, cometeu suicídio. Logo depois, surgiam no noticiário os primeiros relatos sobre aquele que ficou conhecido como massacre de Realengo. Ao lado de tantas questões abertas por aquele acontecimento, uma indagação era recorrente: Quem era Wellington Menezes de Oliveira?

Relações de identidade constituem problema para a Comunicação em diversas escolas e vertentes teóricas. São proeminentes, nesse sentido, a Escola de Chicago, interessada sobretudo na constituição interacional dos sujeitos e suas identidades; os Estudos

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Mestrando em Comunicação Social: Sociabilidades Contemporâneas pelo PPGCom/UFGM; especialista em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: leandrorlage@gmail.com.



Culturais, aos quais se pode dizer que interessavam as tensões entre identidade, diferença e pertencimento; bem como a geração mais recente da Escola de Frankfurt, voltada à problemática do reconhecimento. Contudo, outra vertente teórica, oriunda da hermenêutica filosófica, vem sendo recuperada para se observar os processos de constituição identitária em sua dimensão narrativa. Trata-se da hermenêutica do si, que encontra no filósofo francês Paul Ricoeur expressivo desenvolvimento.

Busca-se, neste trabalho, evocar contribuições dessa hermenêutica do si – ou, se preferirmos, da hermenêutica narrativa ricoeuriana – para compreender a mídia jornalística como instância de constituição de identidades narrativas. Para isso, serviremo-nos de dois episódios da cobertura jornalística do massacre de Realengo – duas reportagens, mais especificamente, as quais são apresentadas adiante – como instauradores de uma tensão identitária a partir do enredamento de Wellington Menezes de Oliveira como personagem fundamental das narrativas daquele acontecimento.

Nosso movimento, bastante inicial, não será possível sem antes expormos dois pressupostos teóricos dos quais estamos partindo. O primeiro diz respeito à tomada do jornalismo como instância de produção e circulação de narrativas sobre o mundo. Com isso, não queremos celebrar o chamado jornalismo de reportagem, mas entender o fazer jornalístico como mediação entre um mundo prefigurado e um mundo refigurado por meio de configurações narrativas, como explicitam alguns autores (MOTTA, 2004; CARVALHO, 2010), ao quais recorreremos na impossibilidade de desenvolver aqui tais questões. O segundo pressuposto, mais evidente, é de que tomamos, de saída, o jornalismo como parte do universo midiático em que identidades são constantemente tensionadas – isto é, questionadas, reforçadas ou mesmo forjadas, com toda a riqueza semântica que o termo nos oferece.

Mas de que estamos falando quando dizemos “identidade narrativa”? Para desfazer o mal entendido comum que acaba por condenar a constituição de identidade à narrativa como um gênero discursivo específico, antes exploraremos o conceito naquilo que, a nosso ver, ele pode nos oferecer heurísticamente para avançarmos em nosso problema. Em seguida, partiremos para uma observação mais analítica, lançando mão de narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* sobre o massacre de Realengo, até mesmo para examinar a pertinência da visada teórica que estamos mobilizando para nosso problema.



Serão examinadas duas reportagens: “Cruel, aterrador e inexplicável” (BRASIL et ali., 2011) e “Ex-aluno entra em colégio, saca armas, atira em estudantes, mata 12 e se suicida” (EX-ALUNO, 2011). A escolha de *Veja* e *Folha de S.Paulo* se deu pela distinção dos dispositivos, o que, por sua vez, remete a uma variação da forma com que a revista e o jornal configuram suas narrativas. Trata-se de explorar, numa comparação entre as duas narrativas, diferentes possibilidades da tessitura de identidades narrativas.

1. O “Cogito ferido” e a identidade narrativa

Devemos o título desta seção, e mais especificamente a expressão “Cogito ferido”, à definição dada por Jeanne Marie Gagnebin (1997) à filosofia de Ricoeur. Contudo, a expressão “Cogito partido” é cunhada pelo próprio Ricoeur, logo no prefácio d’*O si-mesmo como um outro* (1991). O questionamento da ontologia fixa do ser é o pano de fundo dessa obra, em que se desenvolve “a apreensão de uma unidade muito maior, mesmo que nunca totalizável pelo sujeito: a unidade que se estabelece, em cada ação, em cada obra, entre o sujeito e o mundo” (GAGNEBIN, 1997, p. 2).

Diante da crítica ao cartesianismo, Ricoeur explora outra possibilidade ontológica para o sujeito. Sem querer resolver definitivamente a questão, o teórico oferece a compreensão narrativa como solução provisória e profícua para apreendermos a dialética entre mesmidade e ipseidade, isto é, entre identidade-*idem* e identidade-*ipse*. Cumpre, de saída, lembrar que os termos latinos *idem* e *ipse* remetem, respectivamente, às ideias de permanência no tempo, à qual Ricoeur toma na forma do caráter, e da pretensa imutabilidade, tomada na forma da promessa. Identidade, nesse sentido, não é uma questão facilmente resolvida pela definição daquilo que é apenas idêntico ou apenas dinâmico, mas pelo que permanece naquilo que varia e pelo que varia naquilo que permanece.

E onde entra a narrativa? – o leitor deve estar se perguntando. Para Ricoeur, a chave para a convivência produtiva entre mesmidade e ipseidade é a intriga, a síntese do heterogêneo, aquela configuração do diverso numa unidade, mas numa unidade que é, ela mesma, portadora de dinâmica, parte de um círculo hermenêutico.

O passo decisivo em direção de uma concepção narrativa da identidade pessoal é dado quando passamos da ação ao personagem. É personagem aquele *que* faz ação na narrativa. A categoria do personagem é, portanto, ela também, uma categoria narrativa, e seu papel na narração depende da própria inteligência



narrativa que a intriga [dá] a si mesma. A questão é então saber o que a categoria narrativa do personagem traz para a discussão da identidade pessoal. A tese aqui sustentada será que a identidade do personagem compreende-se por transferência para ele da operação de intriga primeiramente aplicada à ação relatada; o personagem, diremos, é ele próprio intriga (RICOEUR, 1991, p. 170-171, grifo do autor)

Começamos pela ideia seminal de que Ricoeur trata da narrativa como processo, uma operação. O filósofo prefere *mise en intrigue* à *intrigue*. Precisamente porque chama de narrativa “aquilo que Aristóteles chama de *muthos*, isto é, o agenciamento dos fatos” (RICOEUR, 2010a, p. 65). Desse modo, o uso do termo “inteligência narrativa” não é fortuito. Remete à ideia, já presente na *Poética* aristotélica, de que narrar é tomar juntamente, é operar uma síntese do heterogêneo, fazendo concordar o discordante, (re)constituindo um esquema de inteligibilidade do mundo prático, dos homens e suas ações.

É nessa capacidade que a intriga possui para ordenar, juntar produtivamente o discordante – nossas identidades *idem* e *ipse*, no caso – que Ricoeur enxerga uma solução poética para a questão da identidade. Diz o autor:

[...] coloco a questão de saber se toda intriga não procede de uma gênese mútua entre o desenvolvimento de um caráter e o de uma história relatada. Eu adoto o axioma enunciado por Frank Kermode segundo o qual, para desenvolver um caráter, é preciso relatar mais (RICOEUR, 1991, p. 172).

Não tem sido vão lembrar de que maneira a estrutura narrativa reúne os dois processos de intriga, o da ação e o do personagem. [...] Relatar é dizer quem fez o que, por que e como, mostrando no tempo a conexão entre esses pontos de vista (RICOEUR, 1991, p. 174).

O filósofo recupera fortemente a ideia de intriga contida na *Poética*, com a ressalva de que, além de ações, narrativas falam de personagens, daqueles que agiram e que sofreram em decorrência dessas ações. Em corolário, desenvolve-se um caráter, porque tais personagens estão em função de suas ações, as quais, por sua vez, seguem o ordenamento que a história lhes confere. Se narrar é enredar ações, implica responder à pergunta *quem?* inerente a tais ações. Aí reside a identidade narrativa: “É [...] na história relatada, com seus caracteres de unidade, de articulação interna e de complementação conferidos pela operação de intriga, que o personagem conserva ao longo da história uma identidade correlativa daquela da própria história” (RICOEUR, 1991, p. 171).



Nesse sentido, narrar o massacre de Realengo seria dar inteligibilidade às ações dos sujeitos do acontecimento, isto é, daqueles que o sofreram e daquele que o promoveu, de pacientes e agentes. Essa inteligibilidade, no entanto, não se aplica somente ao acontecimento, mas a seus personagens, cuja identidade narrativa se constrói na medida em que tais sujeitos recebem um papel numa intriga.

Por outro lado, é preciso ainda mostrar que não se trata de uma transposição direta e unilateral de uma identidade pessoal a uma identidade narrativa. Como nos explica De Paula (2011, p. 208), “a identidade pessoal encontra ressonância na identidade narrativa, que, por sua vez, via ato de leitura, sofre uma operação de transferência dialética que se conclui quando da transposição da identidade da personagem da narrativa na identidade pessoal”. Trata-se de processo cíclico, no qual a identidade narrativa se constitui como mediação necessária para o reconhecimento da identidade pessoal, que, por sua vez e no limite, modifica-se ininterruptamente em confronto com identidades narrativas. Não se pode, afinal, dizer que os sujeitos do massacre de Realengo sejam “de papel”, que não experimentaram efetivamente aquele acontecimento.

Outra tese forte de Ricoeur a legitimar a ideia da construção poética da identidade é a de que nossa experiência possui um caráter fortemente pré-narrativo, isto é, uma estrutura de intriga. Cada fragmento da experiência “pede para ser narrado”, para ser compreendido através da mediação narrativa (RICOEUR, 2010a, p. 127). Para o filósofo, somos homens enredados em histórias, as quais são imprescindíveis para que possamos compreender o mundo, suas intrigas e nós mesmos, isto é, e nossa identidade, entre o que é mesmo e o que é dinâmico.

A compreensão da identidade é devedora, portanto, do *Verstehen* narrativo. É a colocação dos homens em intrigas, enquanto personagens de histórias, que equilibra mesmidade e ipseidade, mantendo, contudo, o desequilíbrio que sustenta essa relação. Se, por um lado, Ricoeur reconhece a diferença entre vida e narrativa, “porque histórias são narradas e vidas são vividas”, por outro o filósofo toma a narrativa como mediadora fundamental da compreensão que temos de nossa vida, de nossas experiências e histórias. “Uma vida não é mais que um fenômeno biológico enquanto não é interpretada. E, na interpretação, a ficção desempenha um papel mediador considerável” (RICOEUR, 2006, p. 17).



Por ficção, aí, Ricoeur faz referência justamente à tessitura de uma intriga (mimese II), mediadora de nossa pré-compreensão do mundo (mimese I) e do momento interpretativo dessas histórias (mimese III). É a esse círculo hermenêutico que está submetida à identidade narrativa. Antes de serem enredadas numa intriga, num esquema narrativo de compreensão, nossas identidades são dados físicos, biológicos. É necessário nos colocarmos em histórias, nos atribuímos ações e, por consequência, responsabilidades, para que consigamos compreender nossa identidade. E esta, submetida ao círculo hermenêutico, não é fixa:

Em primeiro lugar, a identidade narrativa não é uma identidade estável e sem falhas; assim como é possível compor várias intrigas a respeito dos mesmos incidentes (que desse modo já não merecem ser chamados de mesmos acontecimentos), também é sempre possível tramar sobre a própria vida intrigas diferentes, opostas até (RICOEUR, 2010b, p. 422).

Assim, se a intriga é fonte de concordância para a identidade narrativa por realizar uma síntese de seus elementos contínuos e dinâmicos – embora comporte também discordâncias, como observa Ricoeur –, a possibilidade de tecer intrigas diversas acentua o caráter dinâmico das identidades narrativas. No caso do massacre de Realengo, é perceptível, como veremos, o fato de que a identidade daquele que cometeu a chacina ganha matizes diferentes em cada narrativa, embora haja sempre um elemento comum, um mesmo.

Esse largo horizonte de possibilidades narrativas, aliás, é um dos motivos pelos quais a narrativa não resolve definitivamente o problema ontológico da identidade. Faz, contudo, o problema avançar e se tornar produtivo.

Tratar da identidade como parte de uma intriga, significa tanto que tal narrativa seja tecida por nós quanto por outrem. Se, em *Tempo e narrativa* (2010a, 2010b), Ricoeur trata de uma constituição narrativa do si e por si, em *O si-mesmo como um outro* (1991) o autor desenvolve a tese a ponto de nos lembrar de que parte de nossa história não nos pertence, pois é contada por outros – a exemplo das “brumas da meninice” nas quais se perde nossa memória, ou mesmo nossa morte, cuja narração poderia ser tecida apenas pelos que sobreviverão a mim. Além do que, a projeção de uma identidade narrativa é sempre a projeção de “um outro”, de uma figura de alteridade.



Uma última consideração é necessária: a preocupação de Ricoeur está voltada principalmente para a constituição narrativa da identidade do si. Porém, ao fazer coincidir a constituição de uma identidade com a tessitura de uma intriga, o autor estende a problemática da identidade narrativa para além da pergunta *quem sou eu?*, isto é, para a pergunta *quem?*. Assim, a identidade narrativa não diz apenas da preocupação do sujeito consigo, num gesto demasiado solipsista, mas recebe outra dimensão, podendo ser individual e coletiva. Esse movimento é o que parece nos autorizar a evocar a visada da hermenêutica do si em direção a questões de ordem mais prática do que filosófica, como a da constituição de identidades nas narrativas jornalísticas.

Sem dúvidas, trata-se de uma leitura arriscada, que assumimos apoiados pela autonomia interpretativa de que o próprio autor fala quando do desenvolvimento teórico do círculo hermenêutico. Ricoeur lança mão, em *O si-mesmo como um outro*, de exemplos literários, como o da obra *O homem sem qualidades*, de Musil, cujo personagem principal instaura uma verdadeira crise de identidade no âmbito de uma narrativa – o que o filósofo francês entende como uma crise da própria narrativa. É desse outro precedente que nos aproveitamos para estender o alcance da teoria, tirado proveito dela para compreender a constituição, ou melhor, a configuração de identidades noutra modalidade de narrativa.

2. Implicações éticas da identidade narrativa

É chegado o momento de tirar consequências éticas de nossa breve demonstração da hermenêutica ricoeuriana do si, tanto porque o projeto do filósofo é guiado pela necessidade ética da atestação, quanto porque nosso problema remete diretamente à atribuição de responsabilidades pelas ações. Atribuição essa que, em nossa suspeita inicial, é definidora da identidade narrativa de Wellington Menezes de Oliveira, o atirador daquele acontecimento que ficou conhecido como massacre de Realengo. Em Ricoeur, como destaca Piva (1999, p. 209), a “constituição do sujeito se dá concomitantemente com a constituição da ação nos seus diversos níveis: lingüística, prática, narrativa e ético-política”.



Deteremo-nos à problemática da ascrição³ – do termo inglês *ascription* contida na tradução brasileira do livro de Ricoeur. Ascrição é, em suma, a atribuição da ação a um sujeito, o que difere, a princípio, da descrição de uma ação. A “[...] *ascrição* marca a remissão de todos os termos da rede conceitual da ação a seu sustentáculo *quem?*. Inversamente, nós determinamos a resposta à pergunta *quem?*, procurando uma resposta na cadeia das perguntas *o quê?*, *por quê?*, *como?* etc.” (RICOEUR, 1991, p. 117, grifo do autor). É, portanto, somente a possibilidade de implicação do agente na ação que nos permite suscitar a questão da responsabilidade pelas ações no sentido ético.

Ricoeur argumenta que nem uma teoria da ação nem uma filosofia da linguagem foram capazes de resolver as questões impostas pela ascrição, isso porque ela nos oferece três problemas, aos quais o filósofo confere o estatuto de “aporias da ascrição”:

A primeira nos remete ao questionamento da necessidade da atribuição de ações e sentimentos a sujeitos. Como nos explica Piva (1999, p. 215-216), “ações e paixões poder ser compreendidas na suspensão de toda atribuição explícita a um sujeito”, o que é sustentado de Aristóteles a Espinoza. A segunda aporia diz respeito à diferenciação entre ascrição e descrição da ação, que tem por consequência aproximar a primeira da prescrição, na forma de imputação moral. Problema é que tal aproximação, nas palavras de Ricoeur (1991, p. 122), “tende a cavar a distância que separa a ascrição no sentido moral e a atribuição no sentido lógico”. Imputar responsabilidade a alguém por algo é muito diferente de encontrar o *quem?* de uma ação com justeza ética.

A terceira aporia da ascrição, talvez a mais espinhosa, nos impõe a relação causal que se coloca ou é colocada entre a ação e seu agente. Responder à pergunta *quem?*, diz Ricoeur, não resolve o problema da causa ou da motivação. Isso porque, como explica Piva (1999, p. 217), “é devido ao entrelaçamento entre a ação do agente e o curso físico das coisas que agir é produzir mudanças no mundo. A ação do agente só se produz a si mesma em circunstâncias que ela não produziu”. Daí porque a ideia da potência de agir, isto é, da capacidade de produzir mudanças no mundo, leva Ricoeur a uma resolução provisória: a da iniciativa, que aponta para um começo das ações e autoriza uma

³ O termo recebeu outra grafia, “adscrição”, na tradução de uma de suas últimas obras lançadas em vida, *Percurso do reconhecimento* (2004), para o português. Embora o termo adscrição seja dicionarizado, ao contrário de ascrição, optamos pela manutenção do termo tal como em *O si-mesmo como um outro* (1991). O mesmo ocorre com a expressão, na forma de categoria, da pergunta *por quê?* como substantivo – que está gramaticalmente errada.



atribuição de responsabilidades. Só que a iniciativa não pré-existe a uma descrição, o que leva Ricoeur à seguinte constatação:

Nós mesmo encontramos muitas vezes a exigência para proceder a uma tal união; ela resulta, em último caso, da própria necessidade de juntar o *quem?* ao *o quê?* e ao *por quê?* da ação, necessidade oriunda da própria da estrutura de intersignificação da rede conceitual da ação (RICOEUR, 1991, p. 133).

É esse o ponto de conexão de Ricoeur para a noção de identidade narrativa como o enredamento de identidades pessoais em intrigas, as quais nos permitem operar uma síntese do heterogêneo, isto é, juntar ações, personagens, circunstâncias e etc. no curso de uma história. Embora não resolva em definitivo as questões da ascrição, a identidade narrativa é a saída percebida pelo filósofo para os problemas do campo prático, do mundo das ações e, portanto, de uma ética. É na compreensão narrativa, nessa capacidade humana de fazer concordar elementos discordantes em nossa experiência que o filósofo enxerga o movimento próprio das relações humanas de atribuir, a si e aos outros, responsabilidades por aquilo que se faz.

O leitor deve estar já impaciente para saber no que tudo isso diz respeito à questão, apresentada por nós, das narrativas sobre o massacre de Realengo e a forjadura, no sentido menos pejorativo do termo, da identidade narrativa daquele que promoveu os disparos que resultaram na morte de 12 estudantes de uma escola pública do Rio de Janeiro. É certo que nosso salto se dá com rapidez, posto que a hermenêutica do si opera numa instância especulativa que parece algo abstrata. Por outro lado, devemos sempre lembrar que Ricoeur é um filósofo preocupado não com um idealismo, mas sobretudo com as relações, bastante reais, de sujeitos entre si e com o mundo:

Ao reconhecer seus limites, a consciência filosófica não se restringe à sua auto-reflexão solipsista, mas reconhece, com um certo alívio alegre, que existe algo fora dela, e mais, que esse algo é tão fundamental como apaixonante. A luta contra os exageros da tradição idealista, que Ricoeur aponta como o motivo primeiro de sua filosofia, desemboca assim numa pesquisa apaixonada das relações dessa consciência – e desse sujeito – com o mundo que os circunscreve e os constitui por inúmeros laços (GAGNEBIN, 1997, p. 292).

Assim, trata-se menos de um deslocamento da filosofia do que de uma tentativa de aproximação do que se resolveu especulativamente para o campo prático. Partamos, então, para narrativas de *Veja* e *Folha de S.Paulo* sobre o massacre de Realengo e vejamos como todo esse conjunto de problemas, que constitui pequena parte do que



Ricoeur denomina hermenêutica do si, aplica-se no sentido de oferecer maior compreensão sobre o gesto, próprio do jornalismo, de contar acontecimentos e enredar ações e agentes no curso de uma história, suscitando a partir daí um problema ético de atribuição de responsabilidade.

3. Identidade narrativa: desafio metodológico

Pelas limitações aqui impostas, nossa “análise” se limitará a dois operadores derivados da longa discussão a que nos dedicamos nas duas seções anteriores: a) referências identificantes, isto é, os elementos linguageiros que designam o *quem?* no curso de uma história: os nomes, adjetivos e demais qualificadores da identidade; b) predicativos na forma de verbos atribuídos ao sujeito personagem principal daquela história, ou, em outros termos, naquilo que conecta o *quem?* ao *o quê?*: a ação. Uma leitura a partir desses operadores nos permitirá traçar a *função narrativa* desempenhada pelo personagem.

É certo que poderíamos considerar diversas outras textualidades – como as imagens, por exemplo – tão ou mais designadoras de uma identidade narrativa quanto os operadores por nós escolhidos. Teremos, contudo, que aceitar o limite de nosso movimento.

3.1 Uma identidade monstruosa

A tese da revista *Veja* se revela logo na primeira reportagem em que conta o que houve em Realengo em 7 de abril de 2011. Quem era Wellington Menezes de Oliveira? Era o atirador mentalmente desequilibrado, um infeliz herdeiro da esquizofrenia materna, que, aos poucos, entregou-se às obsessões religiosas e à raiva generalizada. Soma-se a esses fatores o trauma de ter sido o objeto de chacota ao longo da vida escolar. *Veja* acrescenta ainda outros dois aspectos ao perfil do assassino de Realengo: a inspiração em outros “assassinos escolares” e a busca por notoriedade. O resultado dessa equação, como se pode notar na reportagem “Cruel, aterrador e inexplicável”, é a brutalidade monstruosa com que Wellington Menezes de Oliveira atirou nas crianças:

A faceta monstruosa de Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, começou a revelar-se às 8h11 de quinta-feira, quando ele entrou numa sala de aula, sorriu e avisou aos estudantes: “vim dar uma palestra”. Em seguida, abriu a sacola que havia depositado sobre a mesa da professora, sacou um revólver calibre 38 e atirou contra a cabeça de uma aluna e depois de outra – as primeiras duas crianças do total de doze que ele matou. Outras estranhas facetas desse rapaz

adotado com dias de vida por parentes da mãe esquizofrênica já tinham vindo à tona antes.

Na escola do bairro de Realengo em que cursou o ensino fundamental e onde cometeu o massacre, a Tasso da Silveira, ele era o “esquisitão da turma”, na descrição de um ex-colega. Em casa, vivia pendurado na barra da saia da mãe, testemunha de Jeová, e usava camisa e calça sociais mesmo nas poucas festas em que aparecia. Mas os traços mais evidentes de seu desequilíbrio mental surgiram há cerca de dois anos. Wellington, relatam parentes, começou a pesquisar obsessivamente sobre armas e organizações terroristas islâmicas na internet. Passou a usar só roupas pretas e deixou crescer a barba. Um dos colegas da fábrica de embutidos em que ele trabalhou até agosto do ano passado como auxiliar de almoxarifado conta que o atirador costumava rabiscar no papel bonecos que dizia serem homens-bomba. A um primo que prestou depoimento à polícia, chegou a dizer: “Vou jogar um avião contra o Cristo Redentor” (BRASIL et ali., 2011, p. 83).

Veja pinta, com tintas fortes, uma imagem em negativo do atirador de Realengo, na qual a monstrosidade é seu apanágio. Para designá-lo, a revista lança mão de referências identificantes sugestivas de uma malevolência inata: Wellington Menezes de Oliveira foi “adotado com dias de vida por parentes da mãe esquizofrênica”, tinha uma “faceta monstruosa”, apresentava “traços [...] de desequilíbrio mental” e “vivia pendurado na barra da saia da mãe”. Na escola, era o “esquisitão da turma”, foi “aluno mediano”, “não tinha amigos e era alvo de piadas e humilhações na classe”, além de nunca ter tido “envolvimento amoroso com quem quer que fosse”. Em *Veja*, Wellington é chamado pelo nome, mas principalmente designado como “o criminoso” ou como “o matador”.

Retroativamente ao acontecimento, seu autor, transformado em personagem principal de sua narrativa, recebe uma identidade em função do ocorrido, ou melhor, do provocado. Todo o passado de Wellington Menezes de Oliveira é lido à luz do acontecimento. Ninguém o conhecia antes de seu feito. Até que o lado monstruoso “desse rapaz” é trazido à tona na forma de um crime “cruel, aterrador e inexplicável”.

Na história contada por *Veja*, Wellington Menezes de Oliveira é aquele que “entrou numa sala de aula, *sorriu* e avisou aos estudantes: ‘vim dar uma palestra’”; aquele que, em seguida, friamente, “abriu a sacola [...], *sacou* um revólver calibre 38 e *atirou* contra a cabeça de uma aluna e depois de outra”. Antes do crime, Wellington “começou a pesquisar obsessivamente sobre armas e organizações terroristas islâmicas na internet”, “passou a usar só roupas pretas e deixou crescer a barba” e disse a um primo que pretendia “jogar um avião contra o Cristo Redentor”. Wellington “*escolheu* a dedo o cenário da matança”, “preferiu percorrer 33 quilômetros para transformar em palco da



sua carnificina o colégio em que havia estudado”. Diz a revista que, quando entrou na escola, “Wellington já havia *planejado* todos os detalhes da matança. Antes de sair de casa, *destruiu* móveis e *queimou* o computador” (grifos nossos).

Voltemos, então, à pergunta inicial: Quem era Wellington Menezes de Oliveira? *Veja* não apenas ascreve ao atirador total responsabilidade pelo que ocorreu em Realengo naquele dia, como o faz enredando ação por ação, numa rede cuja finalidade parece a de construir a identidade de um personagem frio, estratégico em sua vilania. A revista constrói uma trama na qual cada ato de Wellington se explica pela vingança, pela retribuição de um mal que lhe foi imputado, assim como pela natureza má daquele que, desde criança, mostrava os primeiros traços de desequilíbrio mental. Em *Veja*, a identidade narrativa de Wellington Menezes de Oliveira se constitui de maneira paralela à narrativa do próprio acontecimento. Sua função é dar identidade ao próprio acontecimento. Ali, um se define pelo outro. Sem traçar o perfil do “monstro”, não haveria monstrosidade, apenas um *happening* trágico.

3.2 A identidade pelo ato

A relação entre personagem e história narrada em *Folha* tem outro desenho. Não que o jornal prescindia de Wellington Menezes de Oliveira para contar o que ocorreu, mas o jornal se lança numa narração dos passos do atirador sem lhe conferir privilégio diante da reação dos alunos, a cena do acontecimento e o desfecho do massacre. O jornal não se prende a um detalhe específico, tampouco à descrição de um único personagem.

A festa pelos 40 anos da escola municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na zona oeste do Rio, se transformou em tragédia na manhã de ontem, quando o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, 23, matou dez meninas e dois meninos e feriu outros 12, num massacre sem precedentes na história brasileira. Oliveira chegou à escola, que promovia um ciclo de palestras com ex-alunos, por volta as 8h30. [...] Há uma semana estivera lá pedindo um histórico escolar. Ontem, disse ao porteiro que tinha voltado para buscar o documento.

Armado com dois revólveres calibres 38 e 32 e um cinto de munição com recarregadores que permitem repor as balas do tambor de uma vez, Oliveira se aproximou de uma sala e disse à professora que faria uma palestra. Entrou e começou a disparar.

“Ele matou minha amiga na minha frente. É uma cena que nunca vou esquecer”, disse uma aluna de 12 anos.

Segundo policiais, muitos corpos estavam nas cadeiras ou caídos próximos a elas.

Crianças disseram que o atirador gritava: “Vocês vão morrer agora”. [...]

Vizinhos da escola também relataram momentos de terror. Disseram ter ouvido até 50 tiros. [...]



O massacre foi interrompido após duas estudantes escaparem e alertarem policiais que faziam uma blitz a duas quadras da escola.

Um deles, o sargento Márcio Alves, atingiu Oliveira no abdômen quando ele subia para o segundo andar.

De acordo com as autoridades, depois de ser atingido pelo policial, Oliveira se suicidou com um tiro na boca.

No corpo do atirador, foi achada uma carta em que ele revelava a intenção de morrer na ação. “Se possível, quero ser sepultado ao lado da sepultura onde minha mãe dorme”, escreveu (EX-ALUNO, 2011, C1).

Obviamente, o percurso do atirador tem maior ênfase porque se confunde com o desenrolar do próprio acontecimento. Contudo, os motivos do crime e a identidade do atirador, por ora, não fazem problema. Importa contar o que foi o acontecimento, como se desdobrou e terminou. Ao longo da reportagem, intitulada “Ex-aluno entra em colégio, saca armas, atira em estudantes, mata 12 e se suicida”, além de ser tratado pelo nome ou sobrenome, Wellington Menezes de Oliveira recebe apenas dois outros designantes: “ex-aluno” e “atirador”.

Por outro lado, ainda que os adjetivos e outras referências identificantes tenham poucas variantes no relato, a organização e narração das ações do atirador lançam mão de outras designações reveladoras da frieza dos gestos do assassino. Wellington Menezes de Oliveira “*matou dez meninas e dois meninos e feriu outros 12, num massacre sem precedentes*”. Para entrar na escola, “disse ao porteiro que tinha voltado para buscar o documento”. Armado, “se aproximou de uma sala e disse à professora que faria uma palestra. Entrou e começou a *disparar*”. Crianças disseram que, enquanto atirava, Wellington gritava: “Vocês vão morrer agora”. Até que, atingido por um policial, “Oliveira *se suicidou* com um tiro na boca” (grifos nossos).

A mentira para entrar na escola. O pretexto para entrar na sala. A destreza para carregar a arma. Palavras hostis para os alunos. E, por fim, a determinação para com o crime, ainda que lhe custasse a morte. Na história contada por *Folha*, à pergunta *quem?* estão associadas às questões *o quê?* e *como?*. O *por quê?* ainda não faz problema. Wellington é o senhor dos próprios atos, pai das próprias ações. Por outro lado, o jornal ainda não se coloca o problema da relação causal instituída entre a ação e seu agente. As ações atribuídas a Wellington ainda se encontram num estado órfão de motivações, o que não significa que o acontecimento seja da ordem do fortuito: na ascrição à Wellington, ele mesmo criou as circunstâncias das ações que perpetrou, o que não diz de um motivo, mas de uma iniciativa.



Restam para a identidade “do atirador” menos os adjetivos do que a crueldade implicitamente fixada aos próprios atos, em seu enredamento na trama narrada. Ali, a função da identidade narrativa de Wellington é a de conectar as ações umas às outras e não deixá-las sem sujeito. A identidade trágica do acontecimento está mais nas ações do que naquele que as perpetrou.

Considerações finais

A leitura das identidades narrativas no jornalismo parece suscitar algumas questões bastante elucidativas do modo como essa modalidade de narrativas configura as relações entre ações, sujeitos e acontecimentos. Se *Veja* entrecruza a identidade monstruosa de Wellington Menezes de Oliveira com a identidade do acontecimento, também monstruoso e aterrador, *Folha* inverte a ordem e deriva a identidade do personagem àquela do acontecimento desenhado pelas ações do primeiro.

Tal distinção pode se explicar, a priori, pelo momento em que cada um narra o acontecimento. Enquanto *Folha* goza de certa proximidade temporal, com o constrangimento da factualidade, *Veja* só publica a primeira reportagem uma semana depois. Contudo, há um elemento comum: a nenhuma dessas narrativas parece se aplicar a suspensão – aporética, conforme Ricoeur – da relação entre ações e sujeitos. Wellington é sempre o autor e o responsável pelo que faz, embora tenha sofrido infortúnios que, se não justificariam, ao menos explicariam seus gestos.

O jornalismo se mostra, nas duas reportagens, tomadas aqui como narrativas, totalmente dependente da relação entre atribuição de responsabilidades e descrição da ação. As histórias não apenas afirmam a culpa de Wellington pelo massacre, como a “provam” a partir de uma história costurada por uma relação causal. Resta saber se esse gesto ético de descrever para ascrever é suficiente para encontrar o *quem?* da ação com a justeza ética de que Ricoeur trata com tanta esperança. Não que isso redima a culpa do atirador de Realengo – afinal, como ressalta Ricoeur, não se pode esquecer a diferença entre os acontecimentos que surgem e os que fazemos surgir –, mas coloca o dilema, do qual nem sempre o jornalismo parece consciente, de que narrar implica contar uma história, mas também responsabilizar alguém por algo.



Referências

- BRASIL et ali. Cruel, aterrador e inexplicável. **Veja**, São Paulo, 13 abr. 2011, p. 81-85.
- CARVALHO, C. A. de. A tríplice mimese de Paul Ricoeur como fundamento para o processo de mediação jornalística. In: **XIX Encontro da Compós**, 2010, Rio de Janeiro. 19º Encontro Anual da Compós. Rio de Janeiro: Compós/PUC Rio, 2010. v. 01. p. 01-13.
- DE PAULA, A. C. Paul Ricoeur e a orientação ética das narrativas ficcionais: um problema hermenêutico. In: DE PAULA, A. C.; SPERBER, S. F. (Org.). **Teoria Literária e Hermenêutica Ricoeuriana: Um Diálogo Possível**. 1 ed. Dourados: Editora UFGD, 2011, v. 1, p. 195-214.
- EX-ALUNO entra em colégio, saca armas, atira em estudantes, mata 12 e se suicida. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 de abr. de 2011. Cotidiano, C1.
- GAGNEBIN, J. M. Uma filosofia do Cogito ferido: Paul Ricoeur. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, p. 261-272, 1997.
- MOTTA, L. G. F. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. In: **IV Interprogramas da COMPOS**, 2004, Brasília. CDrom IV Interprogramas COMPOS. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- PIVA, E. A. A questão do sujeito em Paul Ricoeur. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 26, n. 85, p. 205-237, 1999.
- RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991a.
- RICOEUR, P. La vida: um relato em busca de narrador. **Ágora – Papeles de Filosofia**, v. 25, n. 2, p. 9-22, 2006.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa: o tempo narrado**. Tomo III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.